



**Notas
Explicativas**

2014

**Cooperativa de Eletrificação e
Desenvolvimento da Região de São
José do Rio Preto - CERRP**

**"SUA ENERGIA
É NOSSA
FORÇA"**



Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A CERRP é uma cooperativa, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a Distribuição e Comercialização de Energia, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

2 Das Permissões

A CERRP detém concessão válida até o ano 2028, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica no Município de São José do Rio Preto e região, Estado de São Paulo, conforme contrato de Permissão No 013/2008 assinado em 30/06/2008. Atualmente (base dezembro/2014), possui 5.550 consumidores, sendo que, aproximadamente 90,5% desses consumidores, estão localizados em áreas rurais. Os consumidores não ligados em nossa Permissionária, são atualmente atendidos pelas Concessionárias que possuem Concessão para atuarem nessa região (CPFL Paulista e CNEE).

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

O prazo concedido neste contrato com o Poder Concedente tem sua vigência do dia 30/06/2008 até o dia 29/06/2028.

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, respeitando também, nossa particularidade como Empresa de Responsabilidade Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2010 para fins de comparabilidade.



Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011 entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Depachos: 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013 e 4786/2014.

A adoção deste procedimento resultou na reclassificação para o Ativo Intangível de R\$ 9.824,18 mil (R\$ 8.550,53 mil em 2013) e para Ativos Financeiros de R\$ 676,27 mil (R\$ 1.227,99 mil em 2013).

Para fins dos cálculos Tributários, conforme determinações da Instrução Normativa 1397/2013 da Receita Federal, que estabelece um regime transitório até a entrada em vigor da MP 627 em 2015 (opcionalmente em 2014), utilizamos o regime tributário baseado nos Resultados obtidos pelos critérios utilizados até 2007, convergidos através do RTT - Regime Tributário Transitório.

4 Principais Práticas Contábeis

. Aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis (Nota 5).

. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2014, contabilizado com base no regime de competência.

. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

. Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.



. Investimentos

A CERRP não possui outros investimentos, senão em seu próprio Imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica. Apresenta apenas ações de empresa de telefonia que perfazem um total de R\$ 2,92 mil reais no exercício de 2014.

. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL nº 02 de 24 de dezembro de 1997, nº 44, de 17 de março de 1999 e 240 de 05/12/2006. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Em 2012, a Resolução DNAEE 815/94 foi substituída pela Resolução ANEEL 367/2009. Conforme regras do MCSE, o grupo Contábil 223 (Obrigações Especiais) foram transferidas como redutora do Ativo Imobilizado em Serviço, e, em virtude da harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade, transferidas como redutora do Ativo Financeiro da Concessão à receber.

. Imposto de renda diferido

A CERRP não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2014 ou anterior.

. Plano de complementação de aposentadoria e pensão.

A CERRP não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

. Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

. Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

. Estrutura das demonstrações contábeis

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento no 2.775/2008 – SFF/ANEEL, no 4.097/2010 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL 4.722/2009, 4.991/2011, 155/2013 e 4.413/2013, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não



Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Vale salientar que no exercício de 2011, a SFF/ANEEL determinou que, no Balanço Regulatório, fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada a apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão/Permissão. Adicionalmente, incluiu no rol das Demonstrações Contábeis, as chamadas Notas Conciliatórias que demonstram os ajustes efetuados entre o Balanço Societário e o Balanço Regulatório. Todos os quadros que compõem o Balanço Regulatório, a partir deste exercício, deverão, também, serem auditados pelo mesmo Auditor Independente das Demonstrações Contábeis Societárias, conforme Manual expedido pela ANEEL exclusivamente para esse fim.

Conforme Ofício Circular 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE .

Até o presente momento, a apuração da base tributária, conforme Instrução Normativa 1397/2013, é idêntica ao DRER, porém, divergente nos quadros do Ativo e Passivo Regulatório, em função de não possuir a contabilização da Reavaliação Regulatória Compulsória. Neste sentido, e, com o intuito de atender ao disposto na citada Instrução Normativa, demonstraremos ao final, Nota Explicativa contendo os quadros de Ativo Fiscal, Passivo Fiscal e Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal.

5 Aplicações no Mercado Aberto, Títulos e Valores Mobiliários

A Permissionária possui o montante de R\$ 1.668,48 (Reais/mil) em Títulos e Valores Mobiliários, devidamente contabilizados, desdobrados conforme demonstramos a seguir:

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	Legislação societária	
				2014	2013
Bradesco S/A	Aplicação CDB	Indeterminado	CDI	947,65	1.794,47
Bradesco S/A	Conta Investimento	Indeterminado		28,83	54,99
Santander	Fundos Investimentos	Indeterminado		6,07	20,18
Credicitrus	Aplicação RDC/CDI	Indeterminado	CDI	74,16	589,44



Banco Mercantil do Brasil	Fundos	Indeterminado		581,38	521,57
Banco do Brasil S/A	Conta Investimento	Indeterminado		1,88	0,00
Banco do Brasil S/A	Aplicação VIP FIC REF DI	Indeterminado	CDI	0,00	38,26
Caixa Economica Federal	Conta Investimento	Indeterminado		15,45	3,28
Credicitrus	Títulos e valores Mobiliarios	Indeterminado		13,05	11,55
União	Títulos e valores Mobiliarios	Indeterminado		0,01	0,01
Total				1.668,48	3.033,75

6 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2014 e 2013, estão assim elencados, a seguir:

	Legislação societária	
	2014	2013
Consumidores		
Faturados	1.646,08	1.296,96
Não faturados	265,97	230,44
Sub Total	1.912,05	1.527,40
Concessionárias	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00
Comercialização no âmbito do CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Total	1.912,05	1.527,40



Composição das Contas a Receber

Legislação societária

Consumidor/C oncessionárias /Permissionárias	Vincendo s	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para devedores duvidosos		Saldo	
					2014	2013	2014	2013
Residencial	273,84	171,67	76,11	521,62	-92,07	-85,77	429,55	297,39
Industrial	213,35	7,61	309,06	530,02	-310,22	-307,95	219,8	135,25
Comércio, Serviços e Outras Atividades	135,05	65,19	38,75	238,99	-38,18	-31,83	200,81	112,14
Rural	118,54	34,51	15,89	168,94	-18,22	-15,1	150,72	125,58
Poder Público	5,19	0	0	5,19	0	0	5,19	0
Federal	0	0	0	0	0	0	0	0
Estadual	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal	5,19	0	0	5,19	0	0	5,19	4
Iluminação Pública	23,88	0	0	23,88	0	0	23,88	16,52
Serviço Público	157,44	0	0	157,44	0	0	157,44	165,42
Atualização Regime de Competência	0	0	0	0	0	0	0	0
Encargo a Recuperar na Tarifa	0	0	0	0	0	0	0	0
Renda não Faturada	265,97	0	0	265,97	0	0	265,97	230,44
Subtotal - Consumidores	1.193,26	278,98	439,81	1.912,05	-458,69	-440,65	1.453,36	1.082,74
Concessionárias	0	0	0	0	0	0	0	0
Permissionárias	0	0	0	0	0	0	0	0



Comercialização no MAE: Concessionárias/permissionárias	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1.193,26	278,98	439,81	1.912,05	-458,69	-440,65	1.453,36	1.082,74	

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

Conforme determinação Regulatória, apropriamos na Conta 112.51.9, o valor concedido a título de descontos regulatórios, a ser reembolsado pela ELETROBRAS, via Subsídio CDE, bem como o valor de Subsídio Redução Equilibrada de Tarifas publicada pela ANEEL em função da determinação da concessão de descontos gerais aos nossos consumidores implementados pela política governamental.

Tais subsídios à receber, em dezembro/2014, importavam em: 1.333,01 R\$/MIL.

7 Conta de Resultado a Compensar - CRC

A CERRP não possui valores na Conta de Resultado a Compensar – CRC.

8 Outros Créditos

Com referência a Outros Créditos, (Curto e Longo Prazo), os valores de 2014 e 2013 estão assim distribuídos:



Legislação societária

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contrato de mútuo	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Empréstimos compulsórios	0,00	0,00
PASEP a compensar	0,00	0,00
Caução do contrato da STN	0,00	0,00
Outros créditos a receber	1.389,41	1.324,48
Ativo Financeiro da Concessão	4.227,33	2.685,95
Total	<u>5.616,74</u>	<u>4.010,43</u>

9 Investimentos

A CERRP não possui nenhum Investimento que não seja direcionado ao seu próprio Ativo Imobilizado, integrante do Serviço Público de Energia Elétrica. A exceção seria referente ao saldo de R\$ 2,92 reais mil referente a Ações de Empresa de Telefonia.

10 Imobilizado

	<u>Legislação Societária</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Em Serviço Societário	1.097,31	259,49
Em Curso Societário	-	-
Ativo Financ. da Concessão	4.227,33	2.685,95
Ativo Intangível da Concessão	7.655,99	6.487,09
Ativo Intangível em Curso	2.168,19	2.063,43
Reavaliação Regulatória Compulsória	12.050,73	-
Sob Total	<u>27.199,55</u>	<u>11.495,96</u>
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-3.555,61	-1.457,96
Sub Total	<u>(3555,61)</u>	<u>(1457,96)</u>
Total	<u>23.643,94</u>	<u>10.038,00</u>
Ativo Imobilizado Societário	1.097,31	259,49
Ativo Imob. Regulatório	23.643,94	10.038,00

Legislação societária



	2014		2013	
Taxas anuais médias de deprec. (%)	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
	Regulatório	Regulatório	Regulatório	Regulatório
Em serviço	0,00	0,00	0,00	0,00
Geração	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo histórico	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção monetária especial	0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00
Transmissão	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo histórico	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção monetária especial	0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuição				
Custo histórico	4,77%	15.952,45	(3.278,43)	12.674,02
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00
Reavaliação Regulatória Compulsória		17.697,75	(5647,02)	12.050,73
Comercialização				
Custo histórico	3,10%	39,91	(10,36)	29,55
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00
Reaval. Regulatória Compulsória		0,00	0,00	0,00
Administração				
Custo histórico	3,88%	471,66	(194,59)	277,07
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00
Reavaliação Regulatória Compulsória				
Atividades não vinc. à Conc. do Serviço Públ. de E.E.		0,00	0,00	0,00
Custo histórico		0,00	0,00	0,00
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00
Reavaliação		0,00	0,00	0,00
		34.161,77	(9.130,40)	25.031,37
Em curso				
Geração		0,00	0,00	0,00
Transmissão		0,00	0,00	0,00
Distribuição		2.168,19	0,00	2.168,19
Comercialização		0,00	0,00	0,00
Administração		0,00	0,00	0,00
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		0,00	0,00	0,00
		2.168,19	0,00	2.168,19
Total		36.329,96	(9.130,40)	11.495,96



As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 44/1999 atualizada pela Resolução ANEEL nº 240/2006, são as seguintes:

	Taxas Anuais de Depreciação (%)
Geração	
Equipamento Geral	0
Equipamentos da Tomada D'Água	0
Estrutura da Tomada D'Água	0
Reservatórios, Barragens e Adutoras	0
Turbina Hidráulica	0
Transmissão	
Condutor do Sistema	0
Equipamento Geral	0
Estrutura do Sistema	0
Religadores	0
Distribuição	
Banco de Capacitores	6,7
Chave de Distribuição	6,7
Condutor do Sistema de Distribuição	5
Estrutura (Poste, Torre) do Sistema de Distribuição	5
Regulador de Tensão do Sistema de Distribuição	4,8
Transformador de Distribuição	5
Medidor	4
Veículo	20
Comercialização	
	0
Administração Central	
Edificações – Outras	4
Equipamento Geral	10
Veículos	20

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999,



regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Não houve neste exercício Imobilização de juros e variações monetárias, já que, não obtivemos empréstimos e financiamentos destinados ao Ativo Imobilizado em Serviço.

Como o ICPC 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011 entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL 396/2010.

A adoção deste procedimento resultou na reclassificação para o Ativo Intangível e para Ativos Financeiros os saldos de ativo imobilizado dos exercícios de 2012 e 2011. Tais procedimentos justificam as modificações nas demonstrações do exercício de 2011.



	Legislação societária					Total
	Geração	Transmissão	Distribuição	Comercialização	Atividades não vinculadas	
Juros contabilizados no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para o imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Efeito líquido do resultado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variações monetárias e cambiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para o imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Efeito líquido do resultado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Obrigações Vinculadas à Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na atividade de Distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para Permissões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da Permissão.



A partir de 1º de janeiro de 1996, estas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação.

Por meio do Despacho SFF/ANEEL nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006, foi instituída a subconta 223.0x.x.x.x5 – Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – Participações e Doações – Reintegração Acumulada – AIS, cuja função é o registro da reintegração de bens constituídos com recursos oriundos de Participações e Doações (Obrigações Especiais), com a finalidade de anular o seu efeito no resultado contábil. Conforme Ofício Circular SFF/ANEEL nº 1.314, de 27 de junho de 2007, somente as empresas que já passaram pelo segundo ciclo de revisão tarifária procederão ao cálculo e registro dessa reintegração sobre o valor total das Obrigações Especiais, independente da sua data de formação.

A Composição destas Obrigações:

	Legislação societária	
	2014	2013
Participação da União	272,44	0,00
Participação dos Estados	0,00	0,00
Participação dos Municípios	0,00	0,00
Participação do consumidor	296,64	197,59
Outros	2986,53	1260,37
Total	3555,61	1457,96

Demonstrativo do Valor Reintegrado:

Obrigações Especiais	2014	2013
Valor Original	3.728,77	1.557,86
Reintegração Acumulada	-173,16	-99,89
Valor Líquido	3.555,61	1.457,97



A Resolução ANEEL nº 223 de 29/04/2003 e a Resolução Normativa da ANEEL No. 250 de 13/02/2007, que estabeleceram as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica e, visaram o atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 de Lei nº 10.438 de 26/06/2002, fixa as responsabilidades das concessionárias e permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Tais fatores já tem diminuído consideravelmente o valor da participação financeira dos consumidores nos exercícios apresentados.

11 Diferido

A CERRP não possui nenhum valor registrado em seu Ativo Diferido nos Exercícios de 2013 e 2014.

12 Fornecedores

	Legislação societária	
	2014	2013
CPFL - Cia. Paulista de Força e Luz	309,54	149,38
Cia. Nacional de Energia Elétrica - CNEE	68,61	65,29
Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica	378,15	214,67
Fornecedores de Energia Elétrica – CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Materiais e Serviços	305,43	246,11
Sub Total - Materiais e Serviços	305,43	246,11
Total	683,58	460,78

13 Empréstimos e Financiamentos

	Legislação societária				
	Longo			Total	
	Circulante		prazo	2014	2013
	Principal	Encargos	Principal		
Moeda estrangeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moeda Nacional					
Eletrobrás/RGR/Luz para Todos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Banco do Brasil S/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



14 Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2013 e 2014.

	<u>Legislação societária</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	0,00	0,00
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	2,23	2,23
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	0,00	0,00
Taxa de fiscalização – ANEEL	2,41	2,96
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	18,20	10,03
Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE	64,79	184,27
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	41,53	13,59
Perdas do Sistema Isolado - 0,3% CCC	0,00	0,00
Total	129,16	213,08

15 Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

A CERRP não possui em seu Ativo Longo Prazo créditos de ICMS ou outros tributos e contribuições sociais.

16 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CERRP no exercício de 2014 e anteriores.



17 Provisões para Contingências

	Legislação societária					
	2014			2013		
	Valor da provisão		Depósitos judiciais	Valor da provisão		Depósitos Judiciais
No exercício	Acumulada	No exercício		Acumulada		
Contingência						
Trabalhistas						
Plano Bresser	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Collor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Periculosidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cíveis						
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiscais						
Cofins	0,00	0,00	0,00	-1026,73	0,00	0,00
Pis/Pasep	0,00	0,00	0,00	-222,47	0,00	0,00
Outros	0,00	450,41	0,00	0,00	450,41	0,00
Subtotal	0,00	450,41	0,00	-1249,20	450,41	0,00
Total	0,00	450,41	0,00	(1249,20)	450,41	0,00

- **Contingências Trabalhistas**

No exercício de 2014 não houve contingências trabalhistas a provisionar

- **Contingências Cíveis**

No exercício de 2014 não houve contingências cíveis a provisionar, foram mantidos os saldos vindos de exercícios anteriores.

- **Contingências Fiscais**

No exercício de 2014 possuímos o saldo de R\$ 450,41 reais mil de contingências fiscais. Em 2013 tínhamos o saldo de 450,41 R\$/mil. A baixa realizada se deu através do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, onde foi quitada toda antiga contingência de pis e cofins.



18 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2014 representa R\$ 1.234,18 (Reais/mil), sendo composto por 1.234.178 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 1,00 cada, com a seguinte composição:

<u>Cotistas</u>	<u>Cotas</u>	<u>%</u>
ODAIR CORNELIANI MILHOSSI	121	0,01
DORCILIO GONÇALVES DO CARMO	186	0,02
ARMINDO MARIN	701	0,05
RENATO BENTO VIANA	198	0,02
ARCELINO MOIOLI	59	0,00
DIOGO SANCHES	159	0,01
EMMANUEL MESSIAS DE PAULA	186	0,02
<u>CONSELHO FISCAL</u>		
GILMAR IGNACIO PEREIRA	188	0,02
CARLOS QUINTINO	288	0,02
DONIZETE MOACIR FARINAZZO	284	0,02
<u>SUPLENTES</u>		
ELYDIO ZENI	124	0,01
REINALDO SABINO FIGUEIREDO	261	0,02
JOSÉ APARECIDO BARUFI	107	0,01
TOTAL	2.862	0,23
DEMAIS COTISTAS	1.231.316	99,77
TOTAL GERAL	1.234.178	100,00

Diretoria

Odair Corneliani Milhossi - Diretor Presidente

Armindo Marin - Diretor Secretário



Reserva de Capital e Reserva de Lucros

A composição das Reservas de Capital e Reserva de Lucros, estão desdobrados de acordo com a tabela a baixo:

Reservas de Capital

	Legislação societária	
	2014	2013
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	0,00	0,00
Doações e subvenções para investimentos	0,00	0,00
Conta de resultados a compensar (CRC)	0,00	0,00
Outras	12.391,77	12.379,20
Sub Total	12.391,77	12.379,20
Total da Reserva de Capital	12.391,77	12.379,20

Reservas de Lucros

	Legislação Societária	
	2014	2013
Reserva legal	1.705,89	1.703,11
Lucros a realizar	0,00	0,00
Reserva para investimentos	0,00	0,00
Lucros Acumulados a disposição da AGO	20,86	1.075,74
Capital social	1.234,18	157,43
Sub Total	2.960,93	2.936,28
Total das Reservas	15.352,70	15.315,48

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2014 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

19 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

No exercício de 2014 não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio.



20 Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	Nº de consumidores		MWh		Legislação societária	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Consumidores						
Residencial	4.036	3.668	9.567	7.628	3.020,13	2.937,24
Industrial	19	22	10.200	10.098	2.263,42	2.253,26
Comercial	276	257	5.100	4.380	1.513,33	1.460,77
Rural	1.158	1.138	10.123	9.192	1.533,87	1.632,71
Poder público	1	1	229	250	59,17	70,92
Iluminação pública	48	45	1.559	1.349	252,56	257,24
Serviço público	10	8	10.304	10.845	2.352,68	2.696,37
Consumo próprio	2	2	94	81	26,83	28,24
Sob total	5.550	5.141	47.176	43.823	11.021,99	11.336,75
Revendedores						
Suprimento	0	0	0	0	0,00	0,00
Suprimento - curto prazo	0	0	0	0	0,00	0,00
Sob total	0	0	0	0	0,00	0,00
Total	5.550	5.141	47.176	43.823	11.021,99	11.336,75

OBS: O Valor expresso em R\$/mil foi formado por Consumo+Demanda+Fator de Potência+ICMS+PIS+COFINS.

Salientamos que a classe Consumo Próprio foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

21 Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2013 e 2014 a CERRP não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.



22 Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	<u>Quantidade MWh</u>		<u>Legislação societária</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Companhia Nacional de Energia	15.636,72	15.146,88	912,51	766,30
CPFL	35.696,62	34.033,11	3.253,92	1.631,81
PROINFA	1.287	765,49	292,24	170,60
	<u>52.620,34</u>	<u>49.945,48</u>	<u>4.458,67</u>	<u>2.568,71</u>

23 Despesas Operacionais

	<u>Legislação societária</u>		<u>Legislação</u>		<u>Legislação</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
	<u>Despesas com Vendas</u>		<u>Despesas Operacionais</u>		<u>Despesas Gerais</u>	
Pessoal						
Remunerações	52,79	57,79	1.948,21	1.432,86	0,00	0,00
Encargos Sociais	19,33	22,11	807,74	606,46	0,00	0,00
Auxílio alimentação	13,88	15,13	317,59	211,72	0,00	0,00
Indenizações (Rescisões)	0,00	0,00	3,49	0,12	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilização em curso	-0,12	0,00	-495,56	-440,97	0,00	0,00
Auxílio estudante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios	16,47	9,78	228,89	196,57	0,00	0,00
Total Pessoal	102,35	104,81	2.810,37	2.006,76	0,00	0,00
Material	5,57	20,43	471,14	507,94	0,00	0,00
Serviços de Terceiros	194,96	227,70	611,47	1.356,83	0,00	0,00
Arrendam. e Aluguéis	26,85	10,51	852,80	750,10	0,00	0,00
Deprec. e Amortização	13,82	12,66	534,93	426,46	0,00	0,00
Provisões	11,16	-290,53	0,00	-56,10	0,00	0,00
Provisões (PDD)	12,51	-290,06	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	-1,35	0,44	0,00	-56,10	0,00	0,00



Outras

Energia comprada para revenda	4.366,49	2.568,71	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa de fiscalização	2,46	3,15	28,08	31,04	0,00	0,00
Tributos	0,47	0,78	34,41	26,05	0,00	0,00
Outras	26,02	3,96	550,45	998,35	0,00	0,00
Total Outras	4.395,44	2.576,60	612,94	1.055,44	0,00	0,00
Total Geral	4.750,14	2.663,09	5.893,65	6.047,43	0,00	0,00

24 Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro-atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.10.4 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

	Legislação societária						2014	2013
	Geração	Transmis.	Distrib.	Comerc.	Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica			
Encargos financeiros totais	0,00	0,00	49,28	201,10	0,00	250,38	94,99	
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	49,28	201,10	0,00	250,38	94,99	
Efeitos inflacionários e cambiais totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	49,28	201,10	0,00	250,38	94,99	

25 Resultado Não Operacional



	Legislação societária	
	2014	2013
Receitas não Operacionais	0,00	0,00
Prejuízo na desativação de bens e direitos	0,00	0,00
Prejuízo na alienação de bens e direitos	0,00	0,00
Outras despesas não operacionais	0,00	0,00
Sub Total (Despesas não Operacionais)	0,00	0,00
Resultado não Operacional	0,00	0,00

No Exercício de 2014 o resultado não operacional foi transferido para resultado operacional, conforme normas internacionais de contabilidade.

26 Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

	Legislação societária	
	2014	2013
Lucro(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	133,33	2.203,84
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	97,13	233,02
Efeitos Fiscais Sobre:		
Participação nos resultados	0,00	0,00
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Encargos capitalizados	0,00	0,00
Compensação da CSLL com a COFINS	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	97,13	233,02

27 Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa, até o exercício de 2014.



28 Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Não foi implantado o plano previdenciário e outros benefícios aos empregados da Empresa, até o exercício de 2014.

29 Transações com Partes Relacionadas

A CERRP possui 02 (dois) Contratos com Partes Relacionadas, todos firmados com a UNIÃO – Cooperativa de Serviços Elétricos e Desenvolvimento. Os Contratos que versam sobre Locação de Imóveis e Locação de Veículos. As anuências foram concedidos para Regularização através dos seguintes Despachos da ANEEL:

- Locação de Imóveis: Despacho SFF/ANEEL nº. 3.704 de 01/11/2013.
- Locação de Veículos: Despacho SFF/ANEEL nº. 48500.005809/2010

Vale salientar que o contrato de locação de veículos, na data deste Balanço, 31/12/2014, ainda aguardava a regularização por parte da SFF/ANEEL.

A título de remuneração da diretoria “chave – administrativa”, foram pagos durante o exercício:

	legislação societária	
	2014	2013
Remuneração	111,14	125,89
Encargos	45,66	56,47
Total	156,80	182,36

30 Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2013 e 2014, exceção feita a aplicações a curtíssimo prazo em 2014, devidamente demonstradas e conciliadas com o extrato bancário que expressa o mesmo valor contábil.

31 Demonstração do Resultado Segregado por Atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos as Demonstrações Contábeis, em 31 de dezembro de 2014, as Unidades de Negócio: Geração (GER), Transmissão (TRA), Distribuição (DIS), Comercialização (COM), Atividades não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (AV) e o Consolidado (CONS).



Legislação societária

Balço patrimonial	Em 31 de dezembro de 2014					
	GER	TRA	DIS	COM	AV	CONS
ATIVO						
Circulante	0,00	0,00	-16.318,57	21.768,90	0,00	5.450,33
Numerário disponível	0,00	0,00	-728,75	972,15	0,00	243,40
Aplicações no mercado aberto	0,00	0,00	-4.956,41	6.611,83	0,00	1.655,42
Consumidores, concessionárias e permissionárias	0,00	0,00	-6.146,73	8.199,71	0,00	2.052,98
Rendas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores diversos	0,00	0,00	-32,61	43,50	0,00	10,89
Depósitos judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prov. p/ créditos de liquidação duvidosa	0,00	0,00	1.373,34	-1.832,03	0,00	-458,69
Serviços em curso	0,00	0,00	-79,19	105,64	0,00	26,45
Repasse CRC ao Governo do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos a Compensar	0,00	0,00	-637,61	850,57	0,00	212,96
Estoque	0,00	0,00	-786,15	1.048,72	0,00	262,57
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas pagas antecipadamente	0,00	0,00	-178,12	237,61	0,00	59,49
Outros créditos	0,00	0,00	-4.146,34	5.531,20	0,00	1.384,86
Ativo Não-Circulante	0,00	0,00	-35.474,00	47.322,16	0,00	11.848,16
Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	-13.411,44	17.890,80	0,00	4.479,36
Coligadas, controladas e controladoras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	0,00	0,00	-39,10	52,16	0,00	13,06
Tributos a compensar	0,00	0,00	-701,87	936,29	0,00	234,42
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros	0,00	0,00	-12.656,84	16.884,17	0,00	4.227,33
Outros créditos	0,00	0,00	-13,62	18,17	0,00	4,55
Investimentos	0,00	0,00	-8,74	11,66	0,00	2,92
Imobilizado	0,00	0,00	-3.285,40	4.382,71	0,00	1.097,31
Intangível	0,00	0,00	-18.768,42	25.036,99	0,00	6.268,57
Diferido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Total do Ativo	0,00	0,00	-51.792,57	69.091,06	0,00	17.298,49
-----------------------	-------------	-------------	-------------------	------------------	-------------	------------------

Legislação societária

Balço patrimonial	Em 31 de dezembro de 2014					
--------------------------	----------------------------------	--	--	--	--	--

	GER	TRA	DIS	COM	AV	CONS
--	------------	------------	------------	------------	-----------	-------------

PASSIVO

Passivo Circulante	0,00	0,00	-4.477,27	5.972,66	0,00	1.495,39
Fornecedores	0,00	0,00	-2.046,67	2.730,25	0,00	683,58
Folha de pagamento	0,00	0,00	-109,46	146,02	0,00	36,56
Encargos de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos	0,00	0,00	-12,16	16,22	0,00	4,06
Taxas regulamentares	0,00	0,00	-68,32	91,14	0,00	22,82
Entidade de previdência privada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos e Contribuições Sociais	0,00	0,00	-730,16	974,03	0,00	243,87
Passivos Regulatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores diversos	0,00	0,00	-498,72	665,29	0,00	166,57
Dividendos e juros sobre o capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações estimadas	0,00	0,00	-693,45	925,06	0,00	231,61
Provisões para contingências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargo de Capacidade Emergencial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pesquisa & Desenvolvimento	0,00	0,00	-124,34	165,87	0,00	41,53
Programa de Eficiência Energética	0,00	0,00	-193,98	258,77	0,00	64,79
Outras contas a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Não-Circulante	0,00	0,00	-1.348,55	1.798,96	0,00	450,41
Exigível a longo prazo	0,00	0,00	-1.348,55	1.798,96	0,00	450,41
Empréstimos e financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidade de previdência privada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos e Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Provisões para contingências	0,00	0,00	-1.348,55	1.798,96	0,00	450,41
Outras contas a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio líquido	0,00	0,00	-45.966,75	61.319,44	0,00	15.352,69
Capital social	0,00	0,00	-3.695,20	4.929,38	0,00	1.234,18
Reservas de capital	0,00	0,00	-37.101,57	49.493,33	0,00	12.391,76
Reservas de lucros	0,00	0,00	-5.107,52	6.813,41	0,00	1.705,89
Lucros (prejuízos) acumulados	0,00	0,00	-62,46	83,32	0,00	20,86
Recursos destinados a aumento de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do passivo	0,00	0,00	-51.792,57	69.091,06	0,00	17.298,49

Legislação societária

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em 31 de dezembro de 2014

	GER	TRA	DIS	COM	AV	CONS
Receita operacional	0,00	0,00	8.352,20	4.311,62	0,00	12.663,82
Fornecimento de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	4.260,04	0,00	4.260,04
Suprimento de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	0,00	0,00	7.706,91	0,00	0,00	7.706,91
Outras receitas operacionais	0,00	0,00	1.383,50	51,58	0,00	1.435,08
Receitas de Construção e Efeitos IFRS	0,00	0,00	-738,21	0,00	0,00	-738,21
Deduções da receita operacional	0,00	0,00	-1.587,75	-723,11	0,00	-2.310,86
ICMS	0,00	0,00	-1.305,40	-529,56	0,00	-1.834,96
PASEP-PIS	0,00	0,00	0,00	-33,61	0,00	-33,61
COFINS	0,00	0,00	0,00	-155,07	0,00	-155,07
ISS	0,00	0,00	0,00	-0,38	0,00	-0,38
Quota para RGR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa de Eficiência Energética - PEE	0,00	0,00	-55,46	0,00	0,00	-55,46
Cota de Desenvolvimento Energético - CDE	0,00	0,00	-175,93	0,00	0,00	-175,93
Cota de Consumo de Combustível - CCC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P & D, MME, FNDCT	0,00	0,00	-50,96	-4,49	0,00	-55,45
Outros (CCC Sistemas Isolados - 0,3%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita operacional líquida	0,00	0,00	6.764,45	3.588,51	0,00	10.352,96
Custo do serviço de energia elétrica	0,00	0,00	-28,08	-4.368,95	0,00	-4.397,03
Custo com energia elétrica	0,00	0,00	-28,08	-2,46	0,00	-30,54
Energia elétrica comprada para revenda	0,00	0,00	0,00	-4.116,39	0,00	-4.116,39
Encargo de Uso do Sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	-250,10	0,00	-250,10
Custo de operação	0,00	0,00	-5.865,56	0,00	0,00	-5.865,56
Pessoal e administradores (inclui XX de remuneração a administradores)	0,00	0,00	-3.068,12	0,00	0,00	-3.068,12
Entidade de previdência privada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Material	0,00	0,00	-471,14	0,00	0,00	-471,14
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de terceiros	0,00	0,00	-611,47	0,00	0,00	-611,47
Depreciação e amortização	0,00	0,00	-534,93	0,00	0,00	-534,93
Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	-982,01	0,00	0,00	-982,01
Despesas de Construção e Efeitos IFRS	0,00	0,00	-197,89	0,00	0,00	-197,89
Custo do serviço prestado a terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro operacional bruto	0,00	0,00	870,81	-780,44	0,00	90,37
Despesas operacionais	0,00	0,00	0,00	-381,20	0,00	-381,20
Despesas com vendas	0,00	0,00	0,00	-12,52	0,00	-12,52
Despesas gerais e administrativas	0,00	0,00	0,00	-166,77	0,00	-166,77
Outras despesas operacionais	0,00	0,00	0,00	-201,91	0,00	-201,91
Resultado de participações societárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do serviço	0,00	0,00	870,81	-1.161,64	0,00	-290,83
Receita (despesa) financeira	0,00	0,00	431,95	-7,79	0,00	424,16



Renda de aplicações financeiras	0,00	0,00	224,73	19,81	0,00	244,54
Variação monetária e acréscimo moratório – energia vendida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação monetária e acréscimo moratório - energia comprada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos de dívidas (líquido de R\$ _____, transferido para o custo de obra - nota XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variações monetárias vinculadas ao ativo permanente (líquido de R\$ _____, transferido para o custo de obra nota XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras (Receitas e Despesas)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	207,22	-27,60	0,00	179,62
Resultado operacional	0,00	0,00	1.302,76	-1.169,43	0,00	133,33
Receita não operacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa não operacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Não Operacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	0,00	0,00	1.302,76	-1.169,43	0,00	133,33
Contribuição social	0,00	0,00	-32,06	0,00	0,00	-32,06
Imposto de renda	0,00	0,00	-65,07	0,00	0,00	-65,07
Lucro líquido (prejuízo) antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	0,00	0,00	1.205,63	-1.169,43	0,00	36,20
Reversão dos juros sobre o capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro (prejuízo) antes do item extraordinário	0,00	0,00	1.205,63	-1.169,43	0,00	36,20
Dividendos Propostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Item extraordinário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36,20
Lucro líquido (prejuízo) do exercício / período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro (prejuízo) por ação - R\$	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36,20
Lucro (prejuízo) antes do item extraordinário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido (prejuízo) do exercício / período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Lucro (prejuízo) por ação -
R\$

0,00 0,00 0,29 -0,26 0,00 0,03

Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:

Nas Unidades de Negócio foram consideradas as receitas operacionais faturadas aos consumidores externos, acrescidas dos faturamentos de transferências virtuais entre as Unidades de Negócio da CERRP, por transferências de preços contratados ou virtualmente contratados entre as partes, conforme segue:

Receita da unidade	G	T	D	C	AV	TOTAL
Geração – G	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transmissão – T	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuição – D	0,00	0,00	7.706,92	0,00	0,00	7.706,92
Comercialização – C	0,00	0,00	(7.706,92)	11.966,96	0,00	4.259,04
Ativ. não Vinculadas – AV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	11.966,96	0,00	11.966,96

O cálculo da transferência de Receita entre Atividades foi realizada a partir da Demanda de Utilização das Redes em cada mês, utilizando-se tarifas médias de venda da TUSD, conforme determinação da SFF/ANEEL.

A conciliação da demonstração de Ativo/Passivo foi realizada pela proporção do Resultado Operacional de cada uma das Unidades de Negócio.

Todos os grupos (Ativo/Passivo e Resultado) estão totalmente conciliados com a demonstração geral da Empresa, não havendo diferenças a demonstrar.

As Receitas e Despesas Operacionais já foram contabilizadas em cada Unidade de Negócio, tendo esses já absorvido o rateio da Administração Geral realizado mensalmente pela Empresa.

32 Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

No exercício de 2014 possuímos o saldo de R\$ 450,41 reais mil de contingências fiscais. Em 2013 tínhamos o saldo de 450,41 R\$/mil.

33 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

APÓLICE	TIPO	VIGÊNCIA	PRÊMIO	RAMO	OBS	SEGURADORA
0118.67.16.578-6	INCÊNDIO, DANOS ELÉTRICOS E OUTROS.	11/06/2014 A 11/06/2015	R\$ 12.820,12	IMÓVEL	SEDE DA EMPRESA	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS



18803727	INCÊNDIO, DANOS ELÉTRICOS E OUTROS.	22/04/2014 A 22/04/2015	R\$ 3.019,04	VEÍCULO	PRESIDENTE	TÓKIO MARINE AUTO
05.31/18884425	INCÊNDIO, DANOS ELÉTRICOS E OUTROS.	30/06/2014 A 30/06/2015	R\$ 12.917,36	VEÍCULO	CAMINHÃO FUV 9426	TÓKIO MARINE AUTO
18884425	INCÊNDIO, DANOS ELÉTRICOS E OUTROS.	09/09/2014 A 30/06/2015	R\$ 1.994,44	CARROCERIA	CAMINHÃO FUV 9426	TÓKIO MARINE AUTO
05.31/1888442	INCÊNDIO, DANOS ELÉTRICOS E OUTROS.	30/06/2014 A 30/06/2015	R\$ 4.348,36	VEÍCULO	CAMINHÃO FUJ 4553	TÓKIO MARINE AUTO
291870-5	INCÊNDIO, DANOS ELÉTRICOS E OUTROS.	05/08/2014 A 05/08/2015	R\$ 2.427,40	CESTO AÉREO	CAMINHÃO FUJ 4553	SUL AMERICA SEGUROS
05.31/18944367	INCÊNDIO, DANOS ELÉTRICOS E OUTROS.	31/07/2014 A 31/07/2015	R\$ 10.883,70	VEÍCULO	CAMINHÃO ESA 0426	TÓKIO MARINE AUTO
05.31/18884431	INCÊNDIO, DANOS ELÉTRICOS E OUTRO	30/6/2014 A 30/06/2015	R\$ 12.917,36	VEÍCULO	CAMINHÃO FUW 3231	TÓKIO MARINE AUTO
05.31/18884431	INCÊNDIO, DANOS ELÉTRICOS E OUTRO	29/08/2014 A 30/06/2015	R\$ 2.069,06	CARROCERIA	CAMINHÃO FUW 3231	TÓKIO MARINE AUTO
291.878-0	INCÊNDIO, DANOS ELÉTRICOS E OUTRO	29/08/2014 A 29/08/2015	R\$ 1.641,96	GUINDASTE	CAMINHÃO FUW 3231	SUL AMERICA SEGUROS
291.878-9	INCÊNDIO, DANOS ELÉTRICOS E OUTRO	10/09/2014 A 10/09/2015	R\$ 1.641,96	GUINDASTE	CAMINHÃO FUV 9426	SUL AMERICA SEGUROS

34 Eventos Subseqüentes

34.1 Alterações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Fato Relevante

A SFF/ANEEL promoveu no período final de 2008 e inicial de 2009, novas atualizações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais já tiveram reflexo no encerramento deste Exercício e influenciarão o próximo exercício que ora se inicia. Tais alterações foram publicadas através do Despacho nº 4815/2008-SFF/ANEEL e Despacho nº 627/2009-SFF/ANEEL. Podemos destacar, entre outras, normatizações iniciais para a amortização contábil com as regras internacionais, revisando as publicações contábeis, bem como alterações nos prazos de envio dos BMP de dezembro, janeiro e fevereiro e prazo do envio do RIT do 4º trimestre.

Ainda nesta linha, o Despacho ANEEL nº 4722/2009, veio:

I – aprovar e tornar obrigatório para todas as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços e instalações de energia elétrica, assim como, no que for aplicável, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, os seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos



Contábeis – CPC: CPC 11; CPC 15 a 17; CPC 20 a 28; e CPC 30 a 33, já aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Em 15/03/2010, a ANEEL publicou a Resolução ANEEL 396/2010 que veio, entre outras ações, oficializar a Contabilidade Regulatória, exigindo que, a Concessionária ou Permissionária realizasse controle e contabilização específica das contabilizações regulatórias e, adicionalmente, quando necessário, realizasse os lançamentos societários de forma identificável e que não fizesse parte do balancete, balanço e demonstrações contábeis regulatórios. Tal determinação já é visível em nossa Permissionária, com a edição dos quadros ATIVO/PASSIVO/DRE REGULATÓRIO e ATIVO/PASSIVO/DRE SOCIETÁRIO. Ainda nesta linha, a SFF/ANEEL, para o encerramento do exercício de 2011, determinou, através do Despacho 4.991/2011-SFF/ANEEL, a introdução de novos quadros para a publicação do Ativo/Passivo/DRE Regulatórios, bem como determinou a publicação de 13 Notas Conciliatórias, afim de demonstrar os ajustes efetuados entre a Contabilidade Regulatória e a Contabilidade Societária. Nossa Empresa já procedeu tais implementações. Para o Exercício de 2015, espera-se a imposição de grandes mudanças nesta linha, inclusive, que culminarão na duplicidade dos livros oficiais contábeis, onde teremos livros para os fins regulatórios e livros para os fins societários.

Adicionalmente, durante o exercício de 2014, várias reuniões foram marcadas entre Agentes do Setor Elétrico e SFF/ANEEL, para discussão sobre o novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico implementado em 2014 para utilização em 2015. Tal marco regulatório trará contas novas, totalmente recompostas e com máscara totalmente renovada, o que dificultará a implementação nos Sistemas informatizados. A CERRP se prepara para enfrentar esse novo desafio, assim que o mesmo for definitivamente aprovado pela Diretoria da ANEEL e determinada a sua utilização.

35 Racionamento de Energia Elétrica

Não houve nos exercícios de 2013 e 2014 intervenções governamentais ou de outra natureza que nos levasse a efetuar racionamento de energia elétrica. A CERRP tem trabalhado incansavelmente na educação da nova geração, pelo uso consciente da energia, contribuindo para evitar-se um futuro racionamento.

36 Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2014, a Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto - CERRP desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida.

Cooperativa de Eletrificação e Desenv. da Região de São José do Rio Preto

CNPJ nº 46.598.678/0001-19

Demonstração do Balanço Social - 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de reais)



	2014			2013		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)	10.352,96			10.057,12		
Lucro Operacional (LO)	(290,83)			1.346,60		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	2.912,72			2.111,57		
	% sobre			% sobre		
2 - Indicadores sociais internos						
	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	314,83	10,81%	3,04%	185,88	8,80%	1,85%
Encargos sociais compulsórios	779,47	26,76%	7,53%	538,36	25,50%	5,35%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	261,67	8,98%	2,53%	137,92	6,53%	1,37%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros Benefícios	13,60	0,47%	0,13%	26,73	1,27%	0,27%
Total	1369,57	47,02%	13,23%	888,89	42,10%	8,84%
	% sobre			% sobre		
3 - Indicadores sociais externos						
	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%



Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	33,24	-11,43%	0,32%	28,15	2,09%	0,28%
Total de contribuições para a sociedade		0,00%	0,00%	31,26	2,32%	0,31%
Tributos - excluídos encargos sociais	2.058,88	-707,93%	19,89%	2.092,72	155,41%	20,81%
Total	2.058,88	-707,93%	19,89%	2.123,98	157,73%	21,12%

4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		LO	RL		LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

	2014	2013
5 - Indicadores do corpo funcional	em unidades	em unidades
Empregados no final do período	54	48
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	4	4



Ensino médio	47	41
Ensino fundamental	3	3
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	14	12
De 30 até 45 anos (exclusive)	23	21
Acima de 45 anos	17	15
Admissões durante o período	9	37
Mulheres que trabalham na empresa	6	6
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	0,00%	0,00%
Negros que trabalham na empresa	9	9
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	1,00%	1,00%
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	0,00%	0,00%
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	0	0
Estagiários	0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	7,29	7,47
Maior remuneração	9,26	8,67
Menor remuneração	1,27	1,16
Acidentes de trabalho	1	0

37 - Demonstração do Fluxo de Caixa

*Cooperativa de Eletrificação e Desenv. da Região de São José do Rio Preto
CNPJ nº 46.598.678/0001-19*

*Demonstração do Fluxo de Caixa Dos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2014 e 2013*

(Valores expressos em milhares de reais)



	Legislação Societária	
	2014	2013
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Consumidores	11.004,32	10.644,10
Pagamentos a Fornecedores	-3.695,64	-4.626,71
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	-3.790,14	-2.333,48
Salários e Encargos Sociais	-2.036,55	-1.361,13
Caixa Gerada pelas Operações	1.481,99	2.322,78
Encargos Setoriais	-236,36	-430,78
Juros Pagos	0,00	0,00
Tributos Federais (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS, COFINS)	-1.194,52	-2.190,94
Tributos Estaduais (ICMS)	-366,24	0,00
Tributos Municipais (COSIP, ISSQN)	-0,38	-0,37
Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários	-315,51	-299,31
Imposto de Renda na Fonte sobre Dividendos Recebidos	0,00	0,00
Indenizações	-25,71	-27,23
Associações e Convênios	-33,24	-31,26
Viagens	-11,17	-6,10
Outras Receitas	15,37	503,74
<i>Caixa Líquida Provenientes das Atividades Operacionais</i>	<i>-370,26</i>	<i>139,84</i>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição da Subsidiária Líquido da Caixa Incluída na Aquisição.	0,00	0,00
Compra de Ativo Imobilizado	-1.255,44	-1.353,79
Recebido pela Venda de Imobilizado	73,84	20,44
Juros Recebidos	0,00	0,15
Titulos de Capitalização	0,00	0,00
Dividendos Recebidos	0,00	0,00
<i>Caixa Líquida usada nas Atividades de Investimentos</i>	<i>-1.181,60</i>	<i>-1.333,20</i>
Fluxos de Caixa das Atividades Financeiras		
Recebido pela Emissão de Ações de Capital	0,00	0,00
Recebido por Empréstimo a Longo Prazo	0,00	0,00
Devolução de Adiantamentos por Funcionários	0,00	0,00
Devolução (Adiantamento) a Fornecedor	0,00	0,00
Receitas de Aplicações Financeiras	244,58	296,07
Recebimentos de Empréstimos	4,06	0,00
Pagamentos de Empréstimos	0,00	0,00
Cheques Devolvidos	0,00	0,00



Dividendos Pagos	0,00	0,00
Despesas Bancárias	-72,61	-66,33
Outras Devoluções	0,00	-5,92
<i>Caixa Líquida usada nas Atividades Financeiras</i>	<u>176,03</u>	<u>223,82</u>
Redução Líquido no Caixa e Equivalentes à Caixa	-1.375,83	-969,54
Caixa e Equivalentes à Caixa no Começo do Período	<u>3.274,65</u>	<u>4.244,19</u>
Caixa e Equivalentes à Caixa no Fim do Período	<u>1.898,82</u>	<u>3.274,65</u>
Varição pelo Caixa	-1.375,83	-969,54

38 - Demonstração do Valor Adicionado

*Cooperativa de Eletrificação e Desenv. da Região de São José do Rio Preto
CNPJ n° 46.598.678/0001-19*

*Demonstração do Valor Adicionado em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Valores expressos em milhares de reais)*

	<u>Legislação societária</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas	12.651,30	12.779,82
Venda de energia e serviços	12.663,82	12.489,76
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-12,52	290,06
Resultado não operacional	0,00	0,00
(-) Insumos adquiridos de terceiros	-6.259,62	-5.655,10
Insumos consumidos	0,00	0,00
Outros insumos adquiridos	-609,98	-973,49
Material e serviços de terceiros	-5.649,64	-4.681,61
(=) Valor adicionado bruto	6.391,68	7.124,72
(-) Quotas de reintegração	-548,75	-439,11



(=) Valor adicionado líquido	5.842,93	6.685,61
(+) Valor adicionado transferido	424,16	857,25
Receitas (despesas) financeiras	424,16	857,25
Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
(=) Valor adicionado a distribuir	6.267,09	7.542,86
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal	2.305,43	1.679,16
Remunerações	1.954,23	1.465,34
Encargos sociais (exceto INSS)	172,18	105,93
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Auxílio alimentação	314,83	185,88
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00
Provisão para gratificação	0,00	7,54
Convênio assistencial e outros benefícios	275,27	164,65
Participação nos resultados	0,00	0,00
Custos imobilizados	-411,08	-250,18
Provisão Trabalhistas	0,00	0,00
Governo	3.045,81	3.132,27
INSS (sobre folha de pagamento)	607,29	432,43
ICMS	1.834,96	1.845,70
Imposto de renda e contribuição social	97,13	233,02
Outros (PIS/COFINS/ Enc. Setoriais, outros)	506,43	621,12
Financiadores	879,65	760,61
Juros e variações cambiais	0,00	0,00
Aluguéis	879,65	760,61
Acionistas	36,20	1.970,82
Remuneração do capital próprio	0,00	0,00
Lucros retidos	36,20	1.970,82
Valor adicionado (médio) por empregado	116,06	157,14



39 Atividades não Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica

A CERRP não possui ou desenvolve nenhuma atividade não vinculada a sua Permissão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica.

40 Análise Econômico-Financeira

40.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CERRP, refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2014, sendo que, ao término do exercício de 2014, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional de Distribuição Anual decorrente no exercício atingiu um montante de R\$ 6.764,44 (Reais/mil), inferior ao ano anterior em 11,74% que foi de R\$ 7.558,60 (Reais/mil).

Número de Consumidores – O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2014, foi de 5.550, já em 2013 foi de 5.141 ocasionando um aumento de 7,96 % em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2014, importou em R\$ 2.912,72 (Reais/mil) e no exercício anterior foi de R\$ 2.111,57 (Reais/mil), ocasionado um aumento de 37,94% em relação ao ano anterior.

Despesas Administrativas e Gerais – As despesas Administrativas e Gerais no exercício de 2014, foi de R\$ 10.643,79 (Reais/mil), superior em 22,19 % à do ano anterior que foi de R\$ 8.710,52 (Reais/mil).

Despesa não Operacional – Não ocorreram Despesas não Operacionais no exercício de 2014.

Receita (Despesa) Financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2014, importou em R\$ 424,16 (Reais/mil), enquanto que, no exercício de 2013, houve um Resultado Financeiro R\$ 857,25 (Reais/mil).



40.2 Análise Econômico-Financeira

Coeficientes	Fórmula	Unidade	2014	2013
1. Liquidez				
Corrente ou Comum	AC / PC	R\$	3,64	5,95
Seca	(AC - E) / PC	R\$	3,47	5,73
Absoluta	AD / PC	R\$	1,27	2,95
Geral	(AC + RLP) / (PC + ELP)	R\$	1,80	3,15
2. Lucratividade				
Bruta s/ Vendas	(LB / VB) x 100	%	1,05	17,65
Operacional s/ Vendas	(LO / VB) x 100	%	-2,30	10,78
Líquida s/ Vendas	(LL / VB) x 100	%	0,29	15,78
Líquida s/ Capital	(LL / CS) x 100	%	2,93	1.251,87
Líquida s/ Patrimônio Líquido	(LL / PL) x 100	%	0,24	12,87
3. Rentabilidade				
Retorno Líquido s/ Investimer	(LL / AT) x 100	%	0,17	10,75
4. Endividamento				
Recursos de Terceiros no Invε	[(PC + ELP - ADC) / AT] x 100	%	26,40	16,47
Recursos Próprios no Investir	[(PL + REF - ADC) / AT] x 100	%	73,67	83,53
5. Investimentos				
Capital Fixo Aplicado	(AP / AT) x 100	%	52,42	48,06
Capital de Risco Aplicado	[(AC + RLP) / AT] x 100	%	47,65	51,94
6. Garantias				
Reais s/ Capital	(IM / CS) x 100	%	885,15	5.596,14
Totais s/ Capital	(AP / CS) x 100	%	885,15	5.598,00
7. Capital de Giro Próprio				
Capital de Giro	(AC - PC) / 1.000	R\$	3,95	5,50

* Dados Básicos e Siglas para Análise Acima

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prozo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimônial
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimônial
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/Aumento de Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com formulas padrão de finanças e análise financeira.



41 Empreendimentos em Conjuntos

A CERRP não possui empreendimento em conjunto, exceção feita ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) que é realizado de forma cooperada com outras empresas do Setor Elétrico, através de projeto denominado conforme quadro demonstrativo abaixo:

ANEEL PD-103-0002/2011 - Sistema Integrado para Indicação de Ações Técnicas de Combate às Perdas Elétricas em Redes de Distribuição Urbanas e Rurais de MT e BT Através da Monitoração Online Centralizada de Grandezas Elétricas, com desenvolvimento previsto em 36 meses (início em 01 de fevereiro de 2012).

Código ANEEL	Empresa	CNPJ	Recurso (R\$/mil)
0103	CHESP	01377555000110	573,00
0381	ELFSM	2748506900109	90,00
5379	CETRIL	49313653000110	110,00
6609	CERNHE	53176038000186	9,00
5386	CERIM	50235449000107	45,00
5366	CEDRI	50105865000190	7,00
5378	CERIPA	49606312000132	125,28
6610	CERMC	52548732000114	13,00
5384	CERPRO	44560381000139	8,00
5385	CERRP	45598678000119	28,00
5382	CERIS	57384943000182	18,00
4248	CERAL-DIS	10532365000110	14,00
0088	EFLJC	86301124000122	19,00
5274	CERES	31465487000101	27,00
2904	COOPERALIANÇA	83647990000181	185,00
5381	CEDRAP	60196987000193	31,00
5377	CERCOS	13107842000199	21,00



42 Compensação de Variação de Custos da Parcela A (Neutralidade)

Os Valores apresentados para cálculo da diferença entre o valor pago e o devido compreendem os períodos de abril a dezembro de 2014.

NEUTRALIDADE - QUOTA DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - CDE – ACOMPANHAMENTO 2014

	CDE			
	TARIFA	PAGO	DIF.	ATUALIZAÇÃO
abr/14	14,24	10,03	(4,21)	(4,35)
mai/14	15,73	10,03	(5,70)	(5,87)
jun/14	16,85	18,20	1,34	1,38
jul/14	17,51	18,20	0,69	0,70
ago/14	15,51	18,20	2,69	2,75
set/14	17,85	18,20	0,35	0,35
out/14	16,70	18,20	1,49	1,51
nov/14	17,55	18,20	0,64	0,65
dez/14	15,63	18,20	2,57	2,57

	ATUALIZAÇÃO	ORIGINAL	CORRIGIDO
Ativa Acum	0,14	9,78	9,92
Passiva Acum	(0,31)	(9,91)	(10,22)

NEUTRALIDADE - QUOTA DO PROGRAMA DE INCENTIVO AS FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA ELÉTRICA - PROINFA – ACOMPANHAMENTO 2014



	PROINFA			
	TARIFA	PAGO	DIF.	ATUALIZAÇÃO
abr/14	19,86	22,91	3,05	3,16
mai/14	21,94	25,38	3,44	3,54
jun/14	23,51	25,38	1,87	1,92
jul/14	24,43	25,38	0,96	0,98
ago/14	21,63	25,38	3,76	3,84
set/14	24,90	25,38	0,48	0,49
out/14	23,30	25,38	2,08	2,11
nov/14	24,48	25,38	0,90	0,91
dez/14	21,80	25,38	3,58	3,58

	ATUALIZAÇÃO	ORIGINAL	CORRIGIDO
Ativa Acum	0,41	20,13	20,54
Passiva Acum	-	-	-

NEUTRALIDADE - QUOTA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE – ACOMPANHAMENTO 2014

	TFSEE			
	TARIFA	PAGO	DIF.	ATUALIZAÇÃO
abr/14	1,88	2,96	1,08	1,12
mai/14	2,08	2,41	0,33	0,34
jun/14	2,23	2,41	0,18	0,18
jul/14	2,32	2,41	0,09	0,09
ago/14	2,05	2,41	0,36	0,36
set/14	2,36	2,41	0,05	0,05



out/14	2,21	2,41	0,20	0,20
nov/14	2,32	2,41	0,09	0,09
dez/14	2,07	2,41	0,34	0,34

	ATUALIZAÇÃO	ORIGINAL	CORRIGIDO
Ativa Acum	0,07	2,70	2,77
Passiva Acum	-	-	-

Conclusão: Encerramos o exercício de 2014 com os seguintes valores pendentes em nossa neutralidade:

CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	R\$/Mil
Ativo 2014/2015	9,92
Passivo 2013/2014	-20,34
Passivo 2014/2015	-10,22
PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	R\$/Mil
Ativo 2014/2015	20,54
Passivo 2013/2014	-11,83
Passivo 2014/2015	0,00
TFSEE - Taxa de Fiscalização ANEEL	R\$/Mil
Ativo 2014/2015	2,77
Passivo 2013/2014	-1,90
Passivo 2014/2015	0,00
CCC - Cota Consumo de Combustíveis	R\$/Mil
Passivo 2013/2014	-26,24
RGR - Reserva Global de Reversão	R\$/Mil
Passivo 2013/2014	-12,02



Período	Histórico	Legislação Societária		
		Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Exercício de 2014	ICMS s/ Aquisição Ativo Imobilizado	169,25	234,42	403,67
Exercício de 2014	PIS/COFINS/CSLL – código 5952	0,26	0,00	0,26
Exercício de 2014	IRPJ Negativo – Exercício 2007	0,00	0,00	0,00
Exercício de 2014	IRRF – Exercício 2007	0,00	0,00	0,00
Exercício de 2014	IR pago a Maior	4,03	0,00	4,03
Exercício de 2014	IR sobre ODS	0,07	0,00	0,07
Exercício de 2014	ICMS a recuperar	1,42	0,00	1,42
Exercício de 2014	IR retido na fonte	37,93	0,00	37,92
Total Geral				447,38

A CERRP possui os Créditos Fiscais demonstrados no quadro acima e faz compensações mensalmente e anualmente, conforme determinação da Legislação Fiscal.

44 Instituição do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, contendo o Plano de Contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de Informações Econômicas e Financeiras, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do Setor. Tal Manual tem sido constantemente atualizado e revisto pela SFF/ANEEL e atualmente, denominou-se Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Ainda nesta linha, no Despacho No. 4413/2013-SFF/ANEEL, a ANEEL se pronunciou que, após quase dois anos de trabalho, foi concluída a revisão do MCSE. Ao longo do trabalho foi realizada consulta e audiência pública, esta em duas fases, para obter contribuições para o trabalho. Foram realizadas diversas reuniões técnicas com representantes das empresas e das associações para discutir o encaminhamento das propostas em audiência pública. Por fim, o citado Despacho declara que: "Por decisão do Diretor Relator, a deliberação do processo que trata da revisão do MCSE será em janeiro de 2014. Os prazos de implantação e vigência da norma permanecem inalterados. As empresas terão o ano de 2014 para realizarem todos os ajustes necessários nos sistemas corporativos em atendimento ao novo texto do MCSE. Sua vigência será a partir de 1o. de janeiro de 2015."



45 Informações de Natureza Social e Ambiental

As empresas causam grande impacto ao meio ambiente, no entanto, a CERRP, vem trabalhando ao máximo para minimizar tal problema.

Uma forma cautelosa que encontramos, tem sido o serviço de “Poda de Árvores” que tem como objetivo, fazer a limpeza da faixa e corte de árvores em redes aéreas de distribuição, inclusive com treinamento dos trabalhadores, para manejo responsável das ferramentas no tipo de corte a ser realizado.

Executamos este serviço dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais. Adicionalmente, informamos que publicamos anualmente um documento intitulado: “Balanço de Responsabilidade Socioambiental da “CERRP - Cooperativa de Desenvolvimento e Eletrificação da Região de São José do Rio Preto” que visa divulgar nossas atividades nesta área. Informamos também, não possuir nenhum Passivo Ambiental em Curso.

46 Energia Livre

A CERRP, está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na legislação de Energia Livre e, por esse motivo, continua honrando o Contrato de Suprimento que firmou com a CPF Paulista e a Companhia Nacional de Energia Elétrica, conforme instruções do Órgão Regulador.

A Empresa já tem estudado, para futuras compras de Energia Elétrica, qual a melhor opção oferecida no mercado e aceita pelo Órgão Regulador.

47 RTE

A CERRP, devido não ter sido afetada diretamente pelo racionamento de energia elétrica, não teve direito à edição da antiga RTE. Tivemos, contudo, a edição da RTE de descontos pró programa governamental, com redução de impostos e reembolso via subsídios CDE dos descontos regulatórios. A Resolução de nossa RTE foi a Resolução ANEEL 1709/2014. O Subsidio CDE determinado à nossa Empresa foi de R\$ 125,26 R\$/MIL/mês.

48 ICMS sob Subvenção Baixa Renda

Em nosso Estado, não existe pronunciamento do Poder Executivo quanto a Tributação do ICMS sob a subvenção concedida pela União aos Consumidores Residenciais Baixa Renda. Todavia os consumidores da classe Residencial com até 90 KWH /MÊS estão isentos deste tributo conforme Decreto 50473 de 20 de Janeiro de 2006.



49 PIS e COFINS

A CERRP fatura aos seus consumidores o PIS e COFINS, conforme legislação, portanto, estes impostos não fazem mais parte da tarifa publicada. Informamos também, que não possuímos créditos de PIS/COFINS sobre aquisição de Ativo Imobilizado neste exercício e, em anteriores.

50 Ativo Regulatório – PIS/COFINS

No exercício de 2014, a CERRP não possui saldo credor de PIS/COFINS cumulativo. Existe, contudo, a ocorrência da cobrança, por parte de nossa Supridora, de valores de PIS/COFINS não previstos em nossa tarifa. A CERRP estuda, durante o exercício de 2015, consultar a ANEEL, e, provisionar tal Ativo Regulatório para solicitação de reembolso por parte do Órgão Regulador, quando da edição do próximo IRT - Índice de Reajuste Tarifário.

51 Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Não houve Diferimento de Tarifa no exercício de 2014 na CERRP.

52 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica/Eficiência Energética (P & D e PEE)

Em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, o art. 12 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e o art. 1º da Lei nº 11.465, de 28 de março de 2007, as Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição, Transmissão ou Geração de Energia Elétrica, as Permissionárias de Serviços Públicos e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL. O Manual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico estabelece as diretrizes e orientações para a elaboração de projetos de P&D, onde estes deverão estar pautados pela busca de inovações para fazer frente aos desafios tecnológicos e de mercado das empresas de energia elétrica. A pesquisa empresarial no setor de energia elétrica deverá ter metas e resultados previstos bem definidos, porque é diferente da pesquisa acadêmica pura, que se caracteriza pela liberdade de investigação. A ANEEL é responsável pela avaliação e fiscalização da execução dos projetos para reconhecimento dos investimentos realizados. Em relação aos Programas de Eficiência Energética – PEE, conforme dispõe a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as Empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica devem aplicar um percentual mínimo da receita operacional líquida, segundo regulamentos da ANEEL. O objetivo desses programas é demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica e de melhoria da eficiência energética de equipamentos,



processos e usos finais de energia. Para isso, busca-se maximizar os benefícios públicos da energia economizada e da demanda evitada no âmbito desses programas. Busca-se, enfim, a transformação do mercado de energia elétrica, estimulando o desenvolvimento de novas tecnologias e a criação de hábitos racionais de uso da energia elétrica. O Manual dos Programas de Eficiência Energética é um guia determinativo de procedimentos dirigido às Empresas, para elaboração e execução do PEE regulados pela ANEEL. Definem-se no Manual, a estrutura e a forma de apresentação dos projetos, os critérios de avaliação e de fiscalização e o tipo de projetos que podem ser realizados com recursos do PEE. Apresentam-se, também, os procedimentos para contabilização dos custos e apropriação dos investimentos realizados.

Em relação aos investimentos realizados pela CERRP até 31 de dezembro de 2014, o passivo corrigido a investir apresenta-se a seguir:

PROGRAMA DE P & D - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - 211.91.7.3				
Exercício	Valor Apropriado	Valor Utilizado	Correção SELIC	Saldo Remanescente
2012	20,11	(44,04)	1,21	17,71
2013	12,27	(16,89)	0,37	13,36
2014	22,18	0,00	0,22	35,76
TOTAL				35,76

FNDCT - 211.91.7.1				
Exercício	Valor Apropriado	Valor Utilizado	Correção SELIC	Saldo Remanescente
2013	12,27	(15,11)	0,00	0,15
2014	22,18	(18,48)	0,00	3,85
TOTAL				3,85

PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE - 211.91.8 e 112.95.1				
Exercício	Valor Apropriado	Valor Utilizado	Correção SELIC	Saldo Remanescente
2012	50,25	0,00	8,20	139,24
2013	38,73	0,00	6,30	184,27
2014	55,46	(178,57)	3,63	64,79
TOTAL				64,79

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME - 211.91.7.2				



Exercício	Valor Apropriado	Valor Utilizado	Correção SELIC	Saldo Remanescente
2013	6,13	(7,55)	0,00	0,07
2014	11,09	(9,23)	0,00	1,93
TOTAL				1,93

53 Revisão Tarifária Periódica - Fato Relevante

A CERRP deveria passar pela primeira revisão tarifária no ano de 2012, pois teve no ano de 2009, 2010 e 2011 apenas Reajuste Tarifário, que foram homologados pela ANEEL. Contudo, no exercício de 2012 ocorreu congelamento da tarifa de 2011 por atraso na definição das regras para a Primeira Revisão Tarifária Periódica. Em 2013, o congelamento da tarifa de 2011 foi prorrogado por mais um ano, já que, em nossa data contratual (abril) as regras estavam em aprovação na Diretoria da ANEEL. Na elaboração deste balanço as regras já estão definidas e, foram aplicadas em 2014 com efeitos retroativos. Como elas determinam uma redução tarifária, será calculada bolha financeira referente a diferença entre a tarifa praticada e a retroativa publicada. Tais efeitos foram amenizados através de provisão contábil passiva na ordem de 2.891,38 R\$/mil já contida neste balanço.

54 Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica

A CERRP possui, em sua área de Permissão, todos os Consumidores Universalizados.

55 Ganhos Contingentes

A CERRP não possuiu, neste exercício Ganhos Contingentes e nem em no exercício anterior.

56 Notas Não Divulgadas

Abaixo listamos notas constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, mais especificamente no Roteiro para Elaboração das Demonstrações Contábeis, documento esse complementado pelo Ofício de Encerramento da SFF/ANEEL, referente NOTAS NÃO DIVULGADAS, em virtude de não fazerem parte do contexto de nossa Permissionária e, por esse motivo, não possuem movimentação, sendo:

- Fusões, Cisões e Incorporações;
- Comodato;
- Arrendamento Mercantil;
- Compromissos;
- Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos;
- Debentures;



- Programa de desestatização;
- RAP – Receita Anual Permitida; e,
- ECE e EAE – Encargo de Capacidade Emergencial e Encargo de Aquisição Emergencial.

Por esse motivo, justificamos a não divulgação de tais notas.

57 PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas Renováveis na Produção de Energia Elétrica:

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, em seu art. 3º, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, e pelo artigo 2º da Lei nº 10.889, de 25 de junho de 2004, instituiu o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica.

O Decreto nº 5.025, de 30 de março de 2004, em seu art. 15, determina que compete à ANEEL regulamentar os procedimentos para o rateio da energia e dos custos referentes ao PROINFA. Para tanto, segundo o disposto nos arts. nºs 12 a 14 e 16, fixa as seguintes diretrizes:

1. a ANEEL deverá estabelecer quotas de custeio e de energia a cada um dos agentes do SIN que comercializem energia com consumidor final e/ou recolhem Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST ou Distribuição – TUSD relativas a consumidores livres;
2. o cálculo de tais quotas deve ser baseado no Plano Anual do PROINFA - PAP, a ser elaborado pela ELETROBRÁS e encaminhado para a ANEEL, até 30 de outubro de cada ano, para homologação;
3. as quotas devem ser estabelecidas proporcionalmente ao consumo verificado, de modo a não acarretar vantagens nem prejuízos à ELETROBRÁS, e pagas até o dia 10 do mês anterior ao de referência; e
4. a partir do 2º ano o PAP deve levar em consideração alteração do mercado consumidor, de preços e dos montantes de energia contratados, a inadimplência, e os montantes de energia efetivamente gerados no âmbito do PROINFA.

Diante desta regulamentação setorial, coube à CERRP as seguintes quotas do PROINFA, devidamente ajustadas pela neutralidade, sendo:

Ano	GWh	Valor
2012	1,02	173,95
2013	0,76	170,60
2014	1,28	292,24

58 Ativos não Elegíveis



A CERRP não possui Ativos não Elegíveis.

59 Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1324, de 14/08/2012, se atualizados pelo IGPM, Líquido do Fator “X”, nos Reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

Descrição	INDICES	5,62%	5,30%	
	Revisão 2012	IRT 2013	IRT 2014	IRT 2015
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	26.662,23	28.160,65	29.653,17	
(2) Obrigações Especiais Bruta	728,09	769,01	809,76	
(3) Bens Totalmente Depreciados	271,89	287,17	302,39	
(4) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)	25.662,25	27.104,47	28.541,01	-
(5) Depreciação Acumulada	6.584,58	6.954,63	7.323,23	
(6) Valor da Base de Remuneração (VBR)	19.805,76	20.918,85	22.027,55	-
(7) Obrigações Especiais Líquida	728,09	769,01	809,76	
(8) Terrenos e Servidões	0,00	0,00	0,00	
(9) Almoxarifado em Operação	79,99	84,48	88,96	
(10) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(5)-(7)+(8)+(9)	19.157,66	20.234,32	21.306,74	-
(11) Taxa de Depreciação	4%	4%	4%	4%
(12) Quota de Reintegração Regulatória	1.026,49	1.084,18	1.141,64	
(13) Remuneração de Capital (RC) = BRR líq x WACC	732,49	773,66	814,66	

60 Reajuste Tarifário

A CERRP passou pelo 3º Reajuste tarifário, publicado no Diário Oficial – DOU no dia 15 de abril de 2011, através da Resolução Homologatória nº 1.134, que estabelece as tarifas a serem aplicadas pela CERRP, no período de 15 de abril de 2011 a 14 de abril de 2012. O reajuste médio foi de 5,99%, sendo 7,12% relativos ao reajuste tarifário anual econômico e -1,13% referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 13,93% a ser percebido pelos consumidores cativos.



Nos exercícios de 2013 e 2014 a CERRP teve sua tarifa congelada, em função do atraso na definição de regras para sua Primeira Revisão Tarifária Periódica. Esta Revisão ocorreu em 2014 com efeitos retroativos a 2012, bem como ocorrerão os Reajustes de 2013 e 2014 na mesma data de 15/04/2014.

61 Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

Conforme determinação regulatória legal, os descontos concedidos sobre a TUSD/MUST e Subsídio TE foram reconhecidos contabilmente na conta 112.51.9. Adicionalmente, em função das novas regras implementadas a partir da MP 579/2012, reconhecemos, também, o valor à receber sobre os subsídios: a) Subsídio Tarifa de Equilíbrio; b) Subsídio desconto Conexão de Consumidores Livres e Potencialmente Livres; c) Subsídios conexão Produtor Independente de Energia; d) Subsídios Suprimento Permissionária; e) Subsídio Serviço Público - Água e Esgoto; e f) Subsídio Consumidores Rurais.

Tais subsídios em dezembro/2014 somam um valor a receber de: 1.333,01 R\$/MIL.

62 Redução da Tarifa de uso do sistema de Transmissão e Distribuição

Através do Despacho de Encerramento 2011, nº 4.991/2011 - SFF/ANEEL, foi determinado que todos os descontos tarifários regulatórios fossem reconhecidos como um Ativo a receber.

Em função da norma governamental de descontos tarifários, e, da edição de RTE, através do Despacho de Encerramento No. 4.413/2013, a SFF ANEEL nos determinou que esses efeitos fossem recontabilizados no Grupo Contábil 112.51.9 e lá permanecessem até que a União fizesse o reembolso através de subsídios CDE. Em 31/12/2014 tínhamos os seguintes valores à receber:

Desconto Regulatório – Rural	R\$ 322,92 (Reais/Mil);
Desconto Regulatório - Água, Esgoto e Saneamento	R\$ 1.006,52 (Reais/Mil);
Desconto Regulatório – Irrigação	R\$ 3,57 (Reais/Mil).

63 TUSD/MUST

Não ocorreram descontos concedidos sobre o TUSD/MUST no exercício de 2014.

64 Nota Explicativa Conciliação LAJIDA/EBTIDA

Na composição da formação do saldo de R\$ 682,08 mil reais da LAJIDA/EBTIDA do exercício contábil de 2014 foram utilizados as seguintes contas:

	2014	2013
Lucro/Prejuízo Líquido	36,20	1.970,82
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro)	97,13	233,02
Depreciação e Amortização	548,75	439,11



682,08 2.642,95

65 Componentes provisórios da Revisão Tarifária Periódica

A CERRP provisionou o valor de R\$ 158,52 mil reais (curto prazo) e R\$ 2.732,86 mil reais (longo prazo) a título de passivos regulatórios referente a provisão da revisão tarifária - rito provisório. Tal valor foi estornado nas demonstrações contábeis societárias e mantido apenas nas demonstrações contábeis regulatórias.

66 Microgeração e Minigeração

A Resolução ANEEL 482/2012 estabeleceu as condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica e o sistema de compensação.

No ano de 2014, na CERRP, foram feitas algumas orientações em relação à micro e minigeração distribuída, porém sem implantação de nenhuma usina.

Em seu site, a CERRP disponibiliza Norma Técnica específica para estes tipos de empreendimento.

Para 2015, acreditamos haver uma procura crescente, principalmente pela microgeração fotovoltaica, sobretudo por parte da classe residencial.”

67 Balanço Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, demonstramos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL

	2014
	FISCAL
ATIVO	
Circulante	5.577,75
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.052,98
Despesas pagas antecipadamente	186,91
Outros Ativos Circulantes não afetados	3.337,86



Não circulante	252,03
Consumidores, concessionárias e pessionárias	0,00
Créditos fiscais diferidos	0,00
Despesas pagas antecipadamente	0,00
Ativo Financeiro da Concessão	0,00
Outros Ativos não Circulantes não afetados	252,03
Investimentos	2,92
Imobilizado	11.488,94
Em serviço	12.755,27
(-) Reintegração Acumulada	(3.189,42)
Em curso	1.923,09
Intangíveis	104,28
Em serviço	104,28
Em curso	0,00
TOTAL DO ATIVO	<u>17.425,92</u>
PASSIVO	
Circulante	1.756,48
Passivos Regulatórios	261,09
Outros passivos circulantes não afetados	1.495,39
Não circulante	3.183,27
Passivos Regulatórios	2.732,86
Outros passivos não circulantes não afetados	450,41
Patrimônio Líquido	



	12.486,17
Capital Social	1.234,18
Reserva de capital	9.184,73
Reserva de lucro	1.705,89
Dividendo adicionado proposto	0,00
Reavaliação Compulsoria Regulatoria	0,00
Lucro (prejuizo) acumulado	361,37
	<hr/>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	<u>17.425,92</u>

DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Conta Contábil	R\$ Mil	2014
		<hr/> FISCAL
	RECEITA OPERACIONAL BRUTA	13.402,02
611.OX.1.1.01	Fornecimento de Energia Elétrica	4.260,04
611.OX.1.1.02	Suprimento de Energia Eletrica	0,00
611.OX.1.1.04	Energia Elétrica de Curto Prazo	0,00
611.OX.X.1.03	Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	7.706,91
611.06	Receita de Atividade Não Vinculada	0,00
611.OX.X.9.XX	Outras Receitas Vinculadas	1.435,07
	DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(2.310,85)
	Tributos e Encargos	(2.024,00)
611.OX.6.X.21	Federais	(188,66)
611.OX.6.X.22	Estaduais e Municipais	(1.835,34)
611.05.7.1.06/7		
	Encargos - Parcela "A"	(286,85)
611.OX.7.X.31	Reserva Global de Reversão - RGR	0,00
611.OX.7.X.32	Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	(55,46)
611.OX.7.X.33	Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(175,93)
611.OX.7.X.34	Conta de Consumo de Combustíveis- CCC	0,00
611.OX.7.X.35	Programa de Eficiência Energética - PEE	(55,46)
611.OX.7.X.39	Outros Encargos (Energia de Reserva e CCC Adicional)	0,00
	RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA.	11.091,17



	CUSTOS NAO GERENCIÁVEIS - Parcela 'A'	(4.397,03)
615.0X.1.5.40/1	Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.112,18)
615.0X.1.5.43	Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa	(254,31)
615.0X.1.5.42	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Distrib.	0,00
615.0X.1.9.38	Taxa de Fiscalização	(30,54)
615.0X.1.9.37	CFURH	0,00
	Matéria-Prima/Insumo para Geração de Energia Elétrica	0,00
615.0X.X.X.12	Combustíveis	0,00
615.01.1.1.98	(-) Subvenção - CCC	0,00
	RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIAVEIS	6.694,14
	CUSTOS GERENCIÁVEIS- Parcela "B"	(6.048,87)
615.0X.X.X.01	Pessoal	(2.912,72)
615.0X.X.X.02	Administradores	(280,31)
615.0X.X.X.21	Serviço de Terceiros	(806,43)
615.0X.X.X.11	Material	(476,72)
615.0X.X.X.91	Arrendamentos e Aluguéis	(879,65)
615.0X.X.X.93	Tributos	(34,88)
615.0X.X.X.92	Seguros	(39,02)
615.0X.X.X.99	Outros	(53,65)
615.0X.X.X.98	(-) Recuperação de Despesas	27,66
615.0X.X.X.94	Doações, Contribuições e Subvenções	(33,24)
615.0X.X.3.95	Provisão Devedores Duvidosos	(3.210,10)
615.0X.X.3.96	Reversão Provisão Devedores Duvidosos	3.197,59
615.0X.X.X.95	Provisao - Outras	1,35
615.0X.X.X.53	Depreciação	(513,77)
615.0X.X.X.55	Amortização	(34,98)
615.06	Despesa da Atividade Não Vinculada	0,00
	RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO	645,27
	RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO	0,00
631 (-)631.06.1.2	Receita Financeira	674,53
635 (-) 635.06.1.2	Despesa Financeira	(250,38)
631.06.1.2 + 635.06.1.2	Resultado de Equivalencia Patrimonial	0,00
671/5	Resultado Não Operacional	(105,57)
	LUCRO (PREJUIZO) ANTES IRRJ/CSLL	963,85
710.0X.1.2.02/4	Imposto de Renda	(65,06)



710.0X.1.2.01/3	Contribuição Social	(32,06)
710.0X.2.1/2	Participações e Contribuições à Entidade de Prev. Privada	0,00
710.0X.23	Reversão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00
	LUCRO (PREJUÍZO)	866,73

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Legislação societária	
						Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	157,43	12.379,20	0,00	1.703,11	1.075,73	0,00	15.315,47
Remuneração das imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de capital social	1.076,75	0,00	0,00	0,00	-1.075,72	0,00	1,03
Incentivos fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	376,71	0,00	376,71
Destinação proposta à A.G.O.:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva legal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de lucros	0,00	0,00	0,00	2,78	-2,78	0,00	0,00
		-					
Reserva de Capital	0,00	3.194,45	0,00	0,00	-12,57	0,00	-3.207,02
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva para invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.234,18	9.184,75	0,00	1.705,89	361,37	0,00	12.486,19



Conforme programa governamental instalado após a edição da MP 579/2012 e publicação da RTE, a CERRP realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2014, o saldo de 1.333,01 R\$/MIL

	Realizado	Recebido	A Receber
SUBVENÇÃO CDE - Rural a Receber	269,01	265,07	322,92
SUBVENÇÃO CDE - Serviço Público a Receber	76,82	110,71	1.010,09
			1.333,01

69 Plano de Compatibilização – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015.

A SFF/ANEEL determinou, através do Despacho ANEEL4547/2014, a utilização do Plano de Compatibilização para a transferência dos saldos do MCSE até então vigente (Res. Normativa ANEEL 396/2010) para o MCSE versão 2015 (Res. Normativa ANEEL 605/2014). Tal ação se dará através da utilização de planilha Excel, que contém a parametrização do Sistema DUTO/ANEEL de verificação do saldo anterior – contas 2014, e, sua respectiva associação e compatibilização no plano de contas versão 2015. Nossa Empresa observou com rigor tal determinação, e, procederá ao Sistema de consistência da ANEEL imediatamente após a composição das Demonstrações Contábeis Regulatória, Societária e Fiscal – 2014.

70 Benefícios Pós-Emprego

A CERRP não possui planos de benefícios pós-emprego.

71 Migração dos Saldos do MCSE 2014 para o MCSE 2015

A SFF/ANEEL determinou, através do Despacho ANEEL4547/2014, a utilização do Plano de Compatibilização para a transferência dos saldos do MCSE até então vigente (Res. Normativa ANEEL 396/2010) para o MCSE versão 2015 (Res. Normativa ANEEL 605/2014). Tal ação se dará através da utilização de planilha Excel, que contém a parametrização do Sistema DUTO/ANEEL de verificação do saldo anterior – contas 2014, e, sua respectiva associação e compatibilização no plano de contas versão 2015. Nossa Empresa observou com rigor tal determinação, e, procederá ao Sistema de consistência da ANEEL imediatamente após a composição das Demonstrações Contábeis Regulatória, Societária e Fiscal – 2014.

72 Bandeiras Tarifárias



A partir de janeiro de 2014, nossa Concessionária deverá, por determinação do Órgão Regulador, implementar a aplicação das Bandeiras Tarifárias, conforme disciplina a Resolução Normativa ANEEL 547/2013 e módulo PRORET 6.8. O Sistema de Bandeiras Tarifárias terão a seguinte funcionalidade: As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. Esse sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha – as mesmas cores dos semáforos - e indicam o seguinte:

1. *Bandeira verde*: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
2. *Bandeira amarela*: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
3. *Bandeira vermelha*: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora kWh consumidos

Nossa Empresa fará ampla divulgação desta metodologia, de forma a possibilitar ao consumidor, melhor gerência sobre seu consumo.

73 Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 (duas) casas decimais.

ODAIR CORNELIANI MILHOSSI
Presidente

NIVALDO APARECIDO CANGINI
Gerente



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador
CRC 1SP-240473/O-2